



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.
Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

A PESQUISA-EXTENSÃO EM UM ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA NO TOCANTINS: UMA VIVÊNCIA COLETIVA

Maria Helena Cariaga¹
Clarissa Alves Fernandes de Menezes²
Vanda Micheli Burginski³

Resumo: Este trabalho trata da vivência em pesquisa e extensão universitária no assentamento Paulo Freire II no município de Rio dos Bois (TO). Têm como objetivo a aproximação da realidade da população assentada, por meio de estudo socioeconômico e visitas de campo. Aborda os desafios dos assentados, suas trajetórias de vida, sua organização e condições socioeconômicas, destacando, ao final as transformações societárias.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Pesquisa; Assentamento; Reforma Agrária.

Abstract: This work discusses the experience in university research and extension in the Paulo Freire II settlement in the Rio dos Bois-TO municipality, the settlers' challenges, their life trajectories, their organization, socioeconomic conditions and transformations. This paper aims to approximate the lived reality of the settled population, through a socioeconomic study, highlighting, at the end, the societal transformations and the field visits made.

Keywords: University Extension; Research; Settlement; Land Reform.

*Quando eu morrer
Cansado de guerra
Morro de bem
Com a minha terra (...)
Chico Buarque*

Introdução

Os dados da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (Seagro) do estado do Tocantins de 2015, revelam que existem 540 assentamentos da reforma agrária no estado. Neles moram 42 mil famílias que são responsáveis pela produção de alimentos, tais como farinha, arroz, feijão, leite, frutas, carnes (frango, suíno e bovino), sendo esses cultivos importantes para a produção e consumo de alimentos no estado.

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <mhcariaga@uft.edu.br>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <mhcariaga@uft.edu.br>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <mhcariaga@uft.edu.br>.

Contudo, estes trabalhadores e trabalhadoras precisam ter condições de acesso à educação, à saúde, à previdência e assistência social a fim de fortalecer seu pleno desenvolvimento. Conforme dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012, no Tocantins, a zona rural tem 386.809 pessoas em idade escolar e a taxa de analfabetismo é 13,01% de pessoas com 15 anos de idade ou mais, revelando a necessidade de investimentos em educação para a população rural (UFT, PPC/Serviço Social/Pronera, 2018, p. 24-25):

É preciso destacar que no campo as desigualdades sociais se acirram, com uma vasta concentração de renda da terra para os latifundiários e um grande contingente de população pobre, conforme dados do IBGE (2010) da população brasileira que reside em áreas rurais, entre as pessoas em extrema pobreza elas representam quase a metade (46,7%).

Para Barbosa (2016) o assentamento Paulo Freire II, localizado no município de Rio dos Bois-TO, é resultado de uma luta das famílias e do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento teve início com um acampamento às margens da BR-153, entre os municípios de Miranorte e Rio dos Bois-TO. Por volta dos anos 2000, e a ocupação das parcelas de terra entre 2002 a 2015, à margem esquerda e direita do Rio dos Bois, no município homônimo. O assentamento das famílias começou por volta de novembro de 2002. Ao todo, foram assentadas 152 famílias em parcelas de terreno, contando ainda com a agrovila e reservas legais.

A primeira ocupação ocorreu entre os anos de 1999 a 2000 com a vinda de famílias provenientes dos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Goiás sendo a maioria dos assentados do Tocantins, principalmente as famílias dos municípios dos arredores de Rio dos Bois, de Miracemado Tocantins, de Miranorte, Guaraí, Paraíso do Tocantins e Barrolândia. Muitas dessas famílias residiam tanto na área urbana quanto rural e passaram definitivamente à condição de assentadas rurais a partir de 2002.

Essa demanda sobre questão agrária está presente em atividades e reflexões acadêmicas desde a formação da primeira turma do curso de serviço social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no campus de Miracema, em 2007. Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Social, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade (GEPSI/UFT) vem desenvolvendo uma extensão universitária de assessoria aos movimentos sociais do Tocantins, realizando o evento do projeto de extensão intitulado “Assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais: contribuições para a participação da sociedade nas transformações societárias”.

Essa extensão tem como propósito realizar uma aproximação entre o curso de Serviço Social da UFT, o curso de Serviço Social/PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

no sentido de formar profissionais de acordo com as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (CRESS/SP, 2004, p.60) que propõe entre seus princípios: uma formação profissional que implica na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e, profissionais qualificados na assessoria/consultoria dos movimentos sociais, (essa temática pouco estudada e fomentada); fortalecer os movimentos sociais em busca de estratégias para a democratização da sociedade brasileira e a luta por direitos sociais no campo.

Extensão universitária: a defesa e a resistência

A extensão universitária se configurou sob três tendências teóricas: a funcionalista, a crítica e a processual (TAVARES, 1997). Essas tendências influenciaram e continuam a orientar o significado, a função e a direção social das universidades até os dias de hoje.

A perspectiva funcionalista, segundo Tavares (1997) compreende a extensão desvinculada das outras dimensões (ensino e pesquisa) e sua função ligada à prestação de serviços assistenciais e à realização de cursos, caudatária das políticas formuladas pelos governos. A perspectiva crítica defende o vínculo orgânico entre ensino-pesquisa-extensão, em que a extensão se constitui em uma etapa implícita ao processo de construção e divulgação do conhecimento, o que leva a pensar que ela não necessitaria de uma instância específica no interior da universidade. Embora inaugure o amadurecimento do debate, essa perspectiva não avançou para além do plano das ideias. Já a abordagem processual, conforme a autora aponta, incorpora os princípios de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, prezando pela existência de um espaço específico no interior das universidades dedicado a essa tarefa. Assim, a extensão é vista como uma estratégia importante para desempenhar a função social da universidade. (TAVARES, 1997).

Do ponto de vista histórico, é possível detectar que essas visões, por muitas vezes, equivocadas, estiveram presentes na sociedade brasileira desde os anos 1930. Na ditadura civil-militar (1964-85), a extensão se limitou a atribuir o sentido de “utilidade social” ao ensino e pesquisa e estas deveriam estar a serviço do governo, reforçando os interesses do mesmo (BOTOMÉ, 1996). Ao que parece, esta perspectiva de extensão tende sempre a se reatualizar, principalmente em momentos de avanço do conservadorismo.

Contudo, o processo de redemocratização não despertou muito interesse em torno da extensão universitária. A efervescência desse debate irá reaparecer somente nos anos de 1990, na ocasião das primeiras indicações de uma reforma universitária aventada por FHC (FREIRE *et al*, 2003, p. 19). As transformações ocorridas na educação superior, sobretudo, a partir dos direcionamentos produzidos pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI) têm profundos impactos na função social das universidades. Assim, as

experiências de extensão enfrentam inúmeros desafios diante das configurações assumidas no ensino superior, sobretudo, nas últimas décadas.

A extensão universitária compõe a política de educação, particularmente do ensino superior e como tal é alvo de mudanças em momentos de crise. Nesse sentido, o ensino superior e suas dimensões (ensino-pesquisa-extensão) sofrem significativas alterações com o processo ostensivo de mercantilização da educação. Entretanto, essa política está sujeita às forças contraditórias que a ela demandam, pois: representam tanto os processos de valorização e reprodução do capital em busca de consensos; quanto os interesses dos trabalhadores e do conjunto das classes subalternas na busca pelo direito à educação. Assim, a extensão universitária pode se configurar, tanto como espaço de resistência, de afirmação de princípios e valores éticos e políticos identificados com as classes subalternas, quanto de cooptação e divulgação de “diálogos” conciliadores para imprimir os objetivos impressos pelos organismos multilaterais e/ou temáticas de interesses governamentais.

O Plano Nacional de Extensão Universitária vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) aprovado em 2001, reafirmou aspectos importantes relacionados à função social da universidade como a transformação da sociedade, seu necessário vínculo com os movimentos sociais e o compromisso com os setores das classes populares. Foi instituído o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE) que formalizou esses conceitos e inaugurou o financiamento das ações extensionistas em 1993, que foi interrompido em 1995. Em 2003 esse programa é retomado com a denominação de Programa de Extensão Universitária (PROEXT). (FORPROEX, Política Nacional de Extensão, 2012, p. 26).

A estruturação do financiamento foi importante para a extensão, sobretudo, nos últimos quinze anos, porém, é necessário problematizar essa configuração. O financiamento se pautou através de editais voltados às áreas de interesses dos governos e de agências financiadoras, muitas vezes, em detrimento da autonomia didático-científica. A alocação do fundo público para essas ações não estruturou uma base de financiamento dessa política e o orçamento da extensão universitária segue pouco debatido no âmbito da política de ensino superior. No momento atual, talvez essa seja uma das problematizações mais interessantes a se fazer.

Outro aspecto se refere ao processo de precarização do trabalho docente que atingiu “em cheio” a extensão universitária, considerada a “prima pobre” do ensino e da pesquisa e, portanto, pouco valorizada nas universidades. Os docentes que a ela se dedicam recebem menor incentivo, seja em função do mínimo ou até inexistente financiamento, seja pelo aspecto da produtividade acadêmica, enquanto critério para ascensão na carreira.

Ao expor esses elementos, nosso objetivo também é o de explicitar que a extensão universitária vem se configurando em espaço estratégico privilegiado (não o único) de

resistência para a sustentação do Projeto Ético-político ao estabelecer a necessária articulação entre o Serviço Social, os movimentos sociais, organizações e lutas populares. A razão para colocar a extensão universitária nesse patamar, refere-se ao fato de que grande parte das experiências dessa articulação se refere às práticas de extensão inseridas nas universidades públicas federais e estaduais (DURIGUETO, 2014; FARAGE, 2014; MARRO, 2011, 2014). Essas experiências visam, sobretudo, fortalecer a relação do Serviço Social nas mobilizações e organizações populares, de maneira que possa sustentar o projeto ético-político, no sentido de superar a adesão superficial dos profissionais aos seus princípios, de forma que estes possam ser internalizados.

Segundo Marro (2011; 2014) é necessário ressaltar que essas práticas se encontram profundamente subalternizadas em relação à pesquisa e outras atividades que implicam a venda de recursos e serviços, o que denota um perfil de universidade pública que se configura como elitista e distante das necessidades sociais de seu tempo. As ações de extensão têm se desenvolvido mesmo diante dos obstáculos do financiamento, pois envolve apostas políticas, éticas e profissionais dos sujeitos envolvidos. Porém, sua execução se materializa mediante uma sobrecarga de trabalho e de responsabilidades por parte da equipe.

É através da extensão que o Serviço Social vem consolidando uma maior relação com os movimentos sociais, aglutinando experiências de ensino como o estágio supervisionado, em um primeiro momento e “de pesquisa, posteriormente com a criação de programas de pós-graduação, profissionais, professores e alunos de Serviço Social, preocupados pela vinculação do exercício profissional com a luta e organização das massas subalternas participaram de experiências de trabalho e formação profissional” (MARRO 2011, p. 323).

É possível identificar projetos de extensão vinculados aos movimentos sociais do campo (com destaque para o MST), urbanos, com populações quilombolas, indígenas, grupos de mulheres e LGBT, além de processos que estimulam a auto-organização em torno de condições de vida e de trabalho, fomentando a criação de movimentos sociais em territórios onde eles não existam. Dentre as ações desenvolvidas, merecem destaque, as atividades de assessoria e de formação política (palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns), bem como, a realização de estudos socioeconômicos, pesquisas, pareceres sociais, reuniões, no sentido de dar respaldo às reivindicações.

A assessoria em Serviço Social aos movimentos sociais abre perspectivas para refletir sobre o significado da ação pedagógica do fazer profissional, à medida que se trata de uma relação que envolve negociações, diálogos e parcerias. Quando se vai a campo não

se objetiva apenas assessorar um movimento social, por exemplo, mas também buscar elementos na realidade para a pesquisa e contribuir para a formação profissional. Por trás da proposta e da escolha dos temas, há um sentido ético-político, que se articula a uma estratégia não aleatória. (BRAVO; MATOS, 2005).

Segundo Farage (2014, p. 256) é possível identificar junto aos movimentos sociais urbanos, a inserção de assistentes sociais, sobretudo, em movimentos e organizações com vínculos institucionais junto aos governos federal e municipal. Essa inserção se deve em parte pela aproximação da luta pela criação e efetivação de políticas públicas e pelo fato de que elas são um forte horizonte na formação e na atuação profissional. Porém, em movimentos sociais autônomos ou de atuação mais direta, que possuem posicionamentos mais críticos e combativos, vinculados, sobretudo, às ocupações há uma tímida inserção de assistentes sociais devido à impossibilidade de manter vínculo empregatício com os trabalhadores assalariados, portanto, a inserção nesses espaços requer envolvimento militante.

Não há dúvida que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho e está vinculado à condição de assalariamento, portanto, os desafios postos pelo projeto ético-político vão além da profissão e envolvem, sobretudo, a classe trabalhadora e o conjunto das forças sociais, pois o fortalecimento do protagonismo político e das demandas e interesses das classes subalternas, conseqüentemente, refletem nos espaços institucionais nos quais estamos inseridos e intervimos.

O que a profissão e os profissionais podem aprender com as experiências de atuação junto aos movimentos sociais? A importância dessa relação se demonstra bastante evidente, tanto no sentido de criar possibilidades de novos espaços de atuação profissional, alcançando novas bases de legitimidade junto às classes subalternas, quanto de direcionar a intervenção em espaços institucionais, pois a atuação do assistente social nas políticas públicas, necessariamente, envolve, ainda que de forma indireta e contraditória, uma relação com movimentos, grupos e organizações sociais.

Essas possibilidades contribuem para fortalecer as perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para além dos espaços sócio ocupacionais e das políticas sociais, pode conduzir ao enfrentamento de uma cultura profissional que tem supervalorizado a ação prática e ao “atendimento” do imediato, que podem levar a uma atuação que restringe a profissão às demandas institucionais.

Contribui para identificar as estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora (modos de vida, manifestação da cultura, subjetividades), potencializar a qualificação das organizações representativas da classe trabalhadora, reconhecer as demandas, os enfrentamentos e resistências de classe, as pautas de luta, os significados sócio históricos

para os sujeitos sociais nesse processo e, sobretudo, formar profissionais comprometidos com as lutas dos subalternos, reafirmando valores que se contrapõem aos valores universais capitalistas, pois, não basta aderir aos princípios do projeto ético-político, é necessário internalizá-los (MATOS, 2017).

Fortalecer o caráter da ação pedagógica do fazer profissional do Serviço Social (ABREU, 2002) é um dos desafios colocados ao conjunto da categoria, pois as experiências concretas nos movimentos sociais, enquanto processo de organização da cultura, permitem ao profissional problematizar a questão social a partir do enfrentamento e das formas de lutas forjadas pelos sujeitos, as tensões, os conflitos e os processos de negociação em seu interior. Também contribuem para desmistificar procedimentos clássicos de intervenção acionados pelos mecanismos estatais (repressivos, estigmatizadores, fiscalizatórios) e as contradições existentes entre o funcionamento das políticas sociais e os conflitos estabelecidos pelas classes sociais que são objetivo da ação pública e estatal (MARRO, 2014). Além disso, para além de defender os marcos legais e os espaços institucionais é necessário fortalecer e ampliar os processos de lutas e organizações coletivas, pois os marcos legais e institucionais, embora de extrema importância, se dão nos limites do capitalismo.

Uma metodologia em ação e movimento e a realidade social

O caminho metodológico escolhido serve para dizer como é que a gente pode sair de um lugar e caminhar, com as palavras e com as ideias para chegar em outro...[lugar]. (BRANDÃO, 2015, p. 52). Nosso aporte se encontra na metodologia dialógica de Paulo Freire e busca valorizar os conhecimentos das comunidades tradicionais do meio rural. Visa também intervir para instrumentalizá-las na busca por melhores condições de vida. Sobretudo os saberes locais e as práticas para o desenvolvimento econômico e social sustentáveis, apoiadas na solidariedade entre os assentados com a intenção de enfatizar e valorizar os laços comunitários nos assentamentos Paulo Freire I e II.

A metodologia proposta aqui na extensão está articulada a pesquisa que foi elaborada e debatida no coletivo, com os participantes e também o movimento social por meio de suas lideranças. Segundo Baptista (2006, p. 72), é uma pesquisa que mobiliza simultaneamente, um projeto ético/político/social, um projeto científico, que implica sempre a apropriação de saberes pelos seus integrantes. Propõe a possibilidade de uma reflexão sobre a realidade dos assentamentos e dos assentados, a relação estreita com as políticas sociais públicas que se encontram ao alcance das pessoas que vivem nos assentamentos Paulo Freire I e II.

Para o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa, ensino e extensão contou-se com a inserção de quatro estudantes dos cursos de Serviço Social, Educação Física,

Pedagogia e Psicologia (UFT/Miracema), e um estudante do curso de Nutrição (UFT/Palmas), na etapa do projeto que foi desenvolvida no assentamento Paulo Freire II. Para alcançar os objetivos propostos, a nossa entrada no assentamento se deu mediante formação prévia, com diálogos e vivências a respeito dos assentamentos rurais, com a equipe de professores, estudantes e técnicos. Estes procedimentos preparatórios para ida aos assentamentos pressupõem um diálogo sobre a realidade, o histórico do assentamento e suas características econômicas, sociais e culturais, o que inclui os costumes e aspectos específicos da sociabilidade, da vida cotidiana tende a ganhar autonomia em relação a uma concepção de mundo impregnada de fantasia e de significações cujo deciframento depende de um código próprio (...) (MARTINS, 2008, p. 63). O acesso às informações do assentamento, os mapas e o histórico foi possível mediante estudo acadêmico realizado pela pós-graduação em Geografia da UFT (campus de Porto Nacional), que agora materializa na extensão a pesquisa-intervenção e a interdisciplinaridade.

O reconhecimento geográfico, de território, da dinâmica local foi com a nossa ida ao assentamento Paulo II, uma manhã de sábado ensolarado. Nesta direção, com os mapas em mãos e os contatos já previamente estabelecidos com as lideranças locais. O município de Rio dos Bois está a 130 km de Palmas, a 45 km de Miracema e o assentamento Paulo Freire II está a 21 km de Rio dos Bois.

O primeiro encontro com as lideranças locais, se deu com um morador e militante do MST, o Piauí, na borracharia na rodovia BR 153. Ele foi nos acompanhar até o local do assentamento Paulo Freire II, considerado o maior do estado. Fomos também buscar o apoio dos moradores para nossa pesquisa, chega-se ao local por estrada de terra, é de difícil acesso, não tem sinalização. Esse assentamento se encontra a margem esquerda do Rio dos Bois que desemboca no rio Tocantins e é também atravessado pela ferrovia Norte/Sul.

No território, fomos recebidos e acolhidos por vários moradores do assentamento, visitamos e ouvimos cerca de quatro famílias que moram na agrovila e nas parcelas. Visitamos o local onde passa a ferrovia, a ponte que unia os assentamentos Paulo Freire I e II, que veio a desabar, estando somente alguns dos pilares de concreto erguidas. A outra ponte de madeira, que também faz a ligação com outros municípios, está em condições precárias.

De acordo com as informações colhidas no local, são poucos os moradores que vieram do acampamento da BR-153, ou seja, famílias que lutaram para que o assentamento fosse constituído. Segundo Piauí, que é morador desde o início, havia cerca de 70 pessoas no acampamento na beira da BR-153 (PIAÚÍ, 2019, s/p). No entanto foram assentadas no Paulo Freire II, 107 famílias, e no I apenas 31. Atualmente são muitos moradores novos,

estão apenas há cinco anos, compraram daqueles que vendem as melhorias feitas nas parcelas da terra. Muitas famílias foram embora porque não havia escola para seus filhos. É preciso considerar também o tipo de solo e a falta de água em algumas parcelas, o que dificulta o desenvolvimento da plantação, de criação de animais, “pois uma terra sem água não tem vida”.

Em função do tempo de existência do assentamento, as políticas públicas não chegaram ainda até aos moradores, as estradas de acesso são de terra. As famílias apontam a falta das demais políticas tais como: uma unidade básica de saúde, um CRAS para o atendimento da assistência social, espaço de lazer, segurança pública e a questão sanitária também é precária. Sobre o lazer, encontramos apenas o campo de futebol e um bar, tendo destaque as igrejas evangélicas como espaços de sociabilidade.

Sobre a questão da produção agrícola, as informações que tivemos sobre a produção local é que já houve plantação de abacaxi, o milho não dá muito, a terra é fraca, necessita de calcário e atualmente tem muita plantação de mandioca. A intenção é vender por tonelada, ou seja, em grande quantidade. Segundo os moradores, na quarta-feira e no domingo, os produtos colhidos são levados para venda na feira de Rio dos Bois.

Após esse reconhecimento do território, tivemos um período de alguns dias para organizar a ida com a equipe de estudantes para a realização da pesquisa que vamos relatar no próximo item.

Os caminhos para a realização pesquisa

Concordamos com Frigotto (2014) que a pesquisa, no plano da dialética materialista histórica, o ponto de partida do processo de conhecimento científico sempre é o plano empírico em sua particularidade. Mas é o processo de conhecimento, que nos dá a cientificidade e que ao longo desse desenvolvimento que permite apreender o saber e superar a visão do senso comum (FRIGOTTO, 2014, p.126).

Foi na direção de elaboração de conhecimento científico que iniciamos o processo para a pesquisa de campo, com a equipe composta de estudantes e pesquisadores. Primeiramente, houve uma chamada pública aos estudantes para participarem da reunião e da oficina de formação com o objetivo de participarem da vivência em pesquisa. Na oficina de capacitação, foram esclarecidos os temas importantes que envolvem a pesquisa, as normas de convivência e as nossas atitudes no assentamento Paulo Freire II, tratou-se também das várias questões e adversidades que poderíamos encontrar na aplicação da pesquisa.

No mesmo encontro, também foi debatida e esclarecida cada pergunta, cada dúvida sobre o instrumental, discutido o que seria necessário acrescentar ou retirar. Todas as atividades realizadas foram orientadas coletivamente pelas professoras do grupo de

Pesquisa e Extensão, que são assistentes sociais de formação, com a ênfase no Código de Ética do/a Assistente Social e na Lei 8.662/93 que regulamenta o exercício profissional dos assistentes sociais.

Em destaque para os seguintes princípios: Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. Enfatizando também outro princípio: Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2004, p.39). Princípios estes que foram essenciais para a realização da pesquisa, pois as relações sociais, os costumes, as crenças, a vida familiar e seu modo de ser no cotidiano são diversificados.

A realização da pesquisa se deu por meio de entrevista com um membro da família de cada parcela de terra, a equipe foi dividida, cada dupla foi fazer visita nas casas da agrovila e também nas parcelas. Nem todos os assentados moram nas casas da agrovila.

Feitas as apresentações pelo pesquisador, a entrevista foi feita com um membro responsável pela família em suas moradias. Em uma das perguntas estava relacionado sobre a titulação da parcela, perguntava-se se o assentado gostaria de ter a titulação definitiva da terra, as respostas foram quase unânimes, os assentados querem a titulação da terra. Segundo um entrevistado, “a titulação seria bom, ter uma independência, assim facilitará a obtenção de créditos rurais, empréstimos e com isso resultaria em benefícios para melhorar as condições de vida e de produtividade”.

Contudo, com a titulação da terra, o governo passa a não ter mais a responsabilidade de intervir no assentamento, transferindo essa responsabilidade para os proprietários da titulação, repassando diretamente para o município a necessidade de fazer as benfeitorias para o assentamento para atender os produtores locais. Já um dos assentados manifestou sua preocupação, o senhor denominado “Piauí”, tem outro posicionamento que diz o seguinte,

a titulação da terra não seria bom, porque isso dificultará mais ainda o acesso aos créditos, o banco não financiará para apenas uma parcela de terra que é pequena e custear as despesas com técnicos agrícolas, e que o correto seria a união do assentamento em um objetivo e juntos buscar as melhorias” (PIAUI, 2019, s/p).

As condições socioeconômicas dos assentados no Paulo Freire II são precárias, é um assentamento esquecido, desprovido de políticas públicas, tais como, a assistência social, saúde, educação, transporte, habitação, saneamento básico, infraestrutura de lazer, as expressões e as manifestações da questão social se evidenciam por todo assentamento. É visível pelas casas da Agrovila, sem acabamento e, conta apenas com uma escola de educação infantil (Escola Paulo Freire), que é pequena e não atende as demandas das famílias.

Outra questão é a falta de lazer para os assentados. Relataram a falta de pelo menos uma quadra de esporte, uma praça e um espaço cultural. Estes equipamentos poderiam contribuir para o desenvolvimento e na qualidade de vida de todos. Já os mais velhos apontam as Igrejas como espaços que consideram relevantes.

Muitos dos assentados relatam a falta de incentivo para a produção agrícola, tal como, assistência técnica, a fertilização do solo para produção, o maquinário. Em muitas parcelas o solo é pobre, sem nutrientes, e pedregoso o que dificulta à produção, sendo a mandioca o principal produto produzido. Já nas parcelas mais próximas dos córregos e rio, são mais propícios para o cultivo de outros produtos como arroz, milho, feijão, verduras e frutas (com destaque para o abacaxi).

Em relação aos jovens, há falta de incentivo para a permanência no campo, ocasionando um processo de envelhecimento. Observamos também que aqueles que ficam vivenciam as transformações a seu modo, um novo rural, conforme nos diz os autores Silva & Grossi (2019, p. 165) que essas famílias, que estão no campo, combinam outras atividades econômicas com as agrícolas, hoje mais conhecidas como pluriativas. Esse “novo” rural não é propriamente novo, suas atividades são seculares, porém precisa ser caracterizado em função da aproximação do rural ao urbano, das práticas rurais não-agrícolas derivadas da sua crescente urbanização, tais como, moradia, turismo, lazer e prestação de serviços e também as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de “nichos de mercado” muito específicos para sua inserção econômica.

Considerações finais

Nosso trabalho teve seu início muito recente, no entanto a vivência em pesquisa foi um **momento** repleto de descobertas para toda a equipe envolvida e principalmente para os estudantes que tiveram a oportunidade de conhecer a realidade do assentamento *in loco* e as consequências da combinação perversa entre recrudescimento da pobreza, suposta falta de recursos do Estado – porque já sabemos que eles existem para o pagamento de dívidas. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p.187).

O processo de pesquisa e nossas visitas ao assentamento têm sido também uma oportunidade para observar que as transformações societárias operadas na sociedade incidem diretamente no assentamento Paulo Freire II, ficam evidentes que o campo está envelhecendo, os jovens estão em busca de melhorias de vida e saem cada vez mais cedo em busca de trabalhos e estudos.

Foi a partir desse movimento da realidade social que aqui compreendida como um conjunto ou uma totalidade concreta de estruturas autônomas que se influenciam

reciprocamente e de conhecimento do real e indivisível (KOSIC, 2002, p.61). Foi com essa direção que realizamos a nossa primeira visita para reconhecimento de território no assentamento Paulo Freire I e II e, posteriormente, o início da pesquisa nas parcelas e na agrovila. Deixamos aqui o relato de nossa experiência de pesquisa-extensão, acerca dessa realidade de um assentamento da reforma agrária dividido em dois territórios, divididos por um rio, criados na mesma época para atender as reivindicações do movimento e das pessoas que necessitam da terra para viver.

Referências

- BARBOSA, M. V. **Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II Rio dos Bois – Tocantins.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2016.
- BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social.** São Paulo: Veras Editora, Lisboa [Portugal] CPIHTS-Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 2006.
- BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e historia.** 8ª edição–São Paulo: Cortez, 2011.
- BOTOMÉ, S.P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária.** Petrópolis/São Carlos/Caxias do Sul: Vozes/EDUFSCar/ EDUCS, 1996.
- BRANDAO, C. R. **História do menino que lia o mundo.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. **O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos na luta pela saúde.** Trabalho apresentado no 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Unioeste, Campus de Cascavel, de 13 a 15 de outubro de 2005.
- GRESS/CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. In: Legislação brasileira para o serviço social. Conselho Regional do Estado de São Paulo (Orgs.), 9ª Região - gestão 2002-2005. São Paulo, 2004.
- DURIGUETTO, M. L. **Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas.** In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014.
- FARAGE, E. **Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos.** In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014.
- FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores De Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária,** 2012.
- FRIGOTTO, G. **MST, universidade e pesquisa.** (orgs) CALDART, R S.; ALENTEJANO, P. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

IAMAMOTO M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

MARRO, K. I. **O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem terra?** In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

MATOS, M. C. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. Del. **O novo rural brasileiro**. Consulta em 13/03/2019. Disponível em: www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf

TAVARES, M.G.M. **Extensão universitária**: novo paradigma de universidade. Maceió: Edufal, 1997.